

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Paulo Eduardo Arantes

Nossa bruxuleante curiosidade filosófica, como é sabido, sempre viveu à mercê das marés ideológicas da metrópole, literalmente a reboque dos vapores da linha da Europa, como diziam os desaforados desde os tempos de Silvio Romero. Ora, a partir da viagem do *Mendoza*, em fevereiro de 1935, navio misto da *Compagnie des Transports Maritimes*, que trazia a bordo o jovem *normalien* Jean Maugué (vinha substituir seu compatriota Etienne Borne, primeiro professor responsável pelos cursos de Filosofia da nova Faculdade), principiamos a importar, peça por peça, um Departamento Francês de Filosofia, quer dizer, juntamente com as doutrinas consumidas ao acaso dos ventos europeus e dos achados de livraria, a própria usina que as produzia em escala acadêmica. Uma reviravolta decisiva em nossa malsinada dependência cultural. O influxo externo por certo continuaria determinante, uma razão a mais para louvar o tirocínio do referido transplante civilizatório, pois afinal um pastiche programado em início de carreira é bem melhor do que uma vida inteira de pastiches inconscientes.

Para um intelectual europeu desembarcado, era automático, e fatal para nós, o cotejo vexatório entre o inveterado filoneísmo dos nativos e os hábitos mentais fixados pela regularidade da evolução de conjunto da cultura européia, confirmando de viva voz a disparidade, que pesava na consciência dos brasileiros cultivados, entre a "tenuidade nacional" e a "densidade européia", para usar o par antitético cunhado por Gilberto Amado. Ainda não perdeu atualidade o quadro pitoresco em que Lévi-Strauss (companheiro de Maugué na travessia do *Mendoza*) registrou suas primeiras impressões paulistanas, por isso não será talvez excessivo citar por extenso um retrato onde muitos de nós nunca deixaram de se reconhecer:

...nos étudiants voulaient tout savoir; dans quelque domaine que ce fût, seule la théorie la plus récente leur semblait mériter d'être retenue. Blasés de tous les festins intellectuels du passé, qu'ils ne connaissaient d'ailleurs que par

Este é o primeiro de uma série de estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana.

oui-dire puisqu'ils ne lisaient pas les oeuvres originales, ils conservaient un enthousiasme toujours disponible pour les plats nouveaux. Dans leur cas, il faudrait parler de mode plutôt que de cuisine: idées et doctrines n'offraient pas à leurs yeux un intérêt intrinsèque, ils les considéraient comme des instruments de prestige dont il fallait s'assurer la primeur. Partager une théorie connue par d'autres équivalait à porter une robe déjà vue; on s'exposait à perdre la face. Par contre, une concurrence acharnée s'exerçait, à grands coups de revues de vulgarisation, de périodiques à sensation et de manuels, pour obtenir l'exclusivité du modèle le plus récent dans le domaine des idées. Produits sélectionnés des écuries académiques, mes collègues et moi-même nous nous sentions souvent embarrassés- dressés à ne respecter que les idées mûres, nous nous trouvions en butte aux assauts d'étudiants d'une ignorance totale envers le passé, mais dont l'information était toujours en avance de quelques mois sur la nôtre. Pourtant l'érudition dont ils n'avaient ni le goût ni la méthode, leur semblait tout de même un devoir; aussi leurs dissertations consistaient, quel qu'en fût le sujet, en une évocation de l'histoire générale de l'humanité depuis les singes anthropoïdes, pour s'achever, à travers quelques citations de Platon, d'Aristote et de Comte, dans la paraphrase d'un polygraphe visqueux dont l'ouvrage avait d'autant plus de prix que son obscurité même donnait une chance que nul autre ne se saurait encore avisié de le piller.

Por seu lado, Maugüé ia fazendo as mesmas observações. Tanto era assim que logo a seguir o *Anuário da Faculdade de Filosofia*, com data de 1934-1935, publicava um apanhado mais refletido delas, na forma escolar de diretrizes para o ensino da Filosofia, um documento capital para o entendimento do rumo ulterior dos estudos filosóficos uspianos, a bem dizer sua certidão de nascimento, lavrada depois de um primeiro ano de tateios. Aliás nem mesmo o próprio Maugüé podia imaginar que trazia consigo sob medida, não no bolso do colete, mas na sua bagagem de antigo *normalien* nascido e crescido à sombra de uma tradição de filosofia universitária com a idade da Terceira República e tingida por um vago neokantismo, porém tão arraigado que nem mesmo a voga bergsoniana conseguira extirpá-lo, o antídoto adequado aos males do transoceanismo — como os batizara Capistrano de Abreu — arrolados acima por Lévi-Strauss.

Convidado a fixar as condições do ensino filosófico na recém fundada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, Maugüé resumiu-as numa fórmula cujo aspecto paradoxal parecia além do mais involuntariamente talhado para desarmar desde logo o futuro requisito das vocações municipais contra os professores oficiais e diplomados de Filosofia: *filosofia não se ensina, quando muito ensina-se a filosofar*. A fórmula é kantiana, como se sabe, e não cabe evidentemente decompô-la agora nos seus termos de origem, o que a seu tempo faremos, tal a preponderância do espírito dela na cristalização de nossas primeiras certezas. Muito menos caberia investigar a sua aclimação francesa (o que não seria desinteressante), em particular sob os cuidados de um discípulo de Alain. O fato é que uma remota máxima da Filosofia Clássica Alemã, assinalando na verdade uma considerável divisão de águas no pensamento moderno, intermediada pelos hábitos universitários franceses, serviu de norte doutrinário na tarefa de disciplinar nossas veleidades filosóficas. Um encontro tão insólito quanto providencial.

Fazendo girar como um prisma aquela pedra de toque da arquitetônica kantiana, o professor francês ia alinhando com desembaraço definições de princípio ao lado de conselhos práticos e preceitos escolares. Uma convivência muito prosaica que não se explica apenas pelo vezo professoral do autor. Para além dos caçoetes institucionais herdados da tradição próxima, convém não esquecer que a própria equação kantiana autorizava tal superposição de registros, o que aliás espelhava a intenção de renovação cultural ampla e radical característica da filosofia clássica alemã, como se sabe, obra coletiva de mais de uma geração de universitários. Lembrar, na esteira da modernidade trilhada pelos pós-kantianos, que não se ensina filosofia mas apenas a filosofar, era lembrar antes de tudo que a filosofia não possui objeto próprio e que portanto essa disciplina invisível e inapreensível não pode se apresentar como um conjunto de conhecimentos objetivamente transmissíveis, o que só agrava a carga de inventiva exigida do professor posto assim em disponibilidade. Noutras palavras, filosofia não é "matéria" que se ensine; ao contrário do saber positivo, ela não dispõe de um corpo de verdades, constituídas de tal sorte que dispense o talento do professor, tolerado nestes casos como um mero acidente, quando existe. Daí o desencontro permanente, confundindo os de fora e avivando o mal-estar dos de dentro: o diploma em filosofia sancionava uma competência cujo espírito o desautorizava, embora não pudesse se impor na sua liberalidade sem aquela chancela de exclusivismo.

Trocando em miúdos, o reconhecimento do caráter *reflexivo* da filosofia — pois afinal é disso que se trata — redundava em recomendações do seguinte teor: ficam abolidos manuais e panoramas, e instituídos os cursos monográficos. Fácil dizer, difícil cumprir. Visto que a filosofia não tem objeto, ela se confunde com o filósofo, o seu ensino vale o que anda pela cabeça daquele que a ensina. Desnecessário dizer que Jean Maugué não por acaso tinha o *physique du rôle*, que no seu caso, de fato, uma cátedra de filosofia era mesmo, pura e simplesmente, um filósofo. Considerando-se seu tipo intelectual e o papel que exerceu naquele momento decisivo de nossa formação, não se pode deixar de admirar a conjunção de contingências que permitiu à longínqua descoberta kantiana da reflexão transcendental amparar sua verve natural, um gênero de espírito que não podia dispensar, para melhor se exercer, uma soma de proezas histriônico-filosóficas que se prolongava até o êxito mundano como o seu mais natural complemento.



Se ainda fosse preciso alguma contraprova mais viva de que o ensino de uma disciplina sem domínio próprio vale o que valem os recursos de espírito e tirocínio intelectual de quem a cultiva, bastaria lembrar o quanto os testemunhos celebram todos o professor brilhantíssimo que foi Jean Maugué, além de ressaltarem a enorme influência que exerceu. Até mesmo o impossível Oswald de Andrade punha de lado sua birra dos universitários e abria uma exceção para o "professor Maugué": "olhe, deste eu gosto; como ele interpreta e ensina!". Antonio Cândido sempre ressaltou a inteligência prodigiosa, o extraordinário dom de ensino de um mestre de qualidade rara que a bem dizer não quis ser o filósofo eminente que poderia ter sido, quem sabe como o seu jovem amigo e "camarade" Sartre, cujas opiniões volta e meia soltava em classe sem que ninguém atinasse com a futura

identidade do ilustre desconhecido. "Para começar", retoma Antonio Candido nou-
tro depoimento, "Jean Maugué não acreditava muito nas instituições universitárias,
nunca fez tese de doutoramento e acabou se aposentando na França como profes-
sor de Liceu. Discípulo de Alain, era um espírito extremamente livre, que tencio-
nava principalmente nos ensinar a refletir sobre os fatos: as paixões, os namoros,
os problemas de família, o noticiário dos jornais, os problemas sociais, a política.
E para isso utilizava largamente reflexões e análises sobre literatura, pintura, cine-
ma. As suas aulas eram extraordinárias como expressão e criação, sendo assistidas
por várias turmas sucessivas de estudantes já formados que não conseguiam se des-
prender do seu fascínio. Com ele fiz cursos sobre Kant, Hegel, Schopenhauer, Nietzs-
che, Max Scheller, Freud; de todos se desprendia uma espécie de inspiração que
aguçava o senso da vida, da arte, da literatura, da história, dos problemas sociais."
Antes de passar adiante, não se pode deixar de observar que nas leituras alemãs
muito pouco correntes de Maugué devia espelhar-se alguma coisa da mudança que
então ocorria no gosto filosófico francês e começava a se impor, nos anos que pre-
cederam a guerra, em ambientes mais ou menos hostis à tirania "idealista" de um
Brunschvicg — pelo menos era o caso de seus colegas de École Normale, Sartre,
Aron etc; quanto a Marx (mencionado noutros depoimentos) e Freud, é bem pro-
vável que as aulas de Maugué sobre eles figurem entre as primeiras tentativas uni-
versitárias de abordar esses autores à primeira vista refratários, na época um lance
de ousadia em todos os sentidos.

Voltando à revelação que foi o método de aproximação encarnado por Mau-
gué, devemos a Gilda de Mello e Souza uma notável evocação do efeito por assim
dizer também filosófico que ele provocava: "Maugué não era apenas um professor
— era uma maneira de andar e de falar, que alguns de nós imitavam afetosamente
com perfeição; era um modo de abordar os assuntos, hesitando, como quem ain-
da não decidiu por onde começar e não sabe ao certo o que tem a dizer; e por
isso se perde em atalhos, retrocede, retoma um pensamento que deixara incom-
pleto, segue as idéias ao sabor das associações. Mas esse era o momento preparató-
rio no qual, como um acrobata, esquentava os músculos; depois, alçava vôo e, en-
tão, era inigualável". Uma tal identificação altamente pessoal entre um vasto reper-
tório teórico, muito bem armado, pronto para o uso em qualquer situação, e o im-
proviso inspirado, já era possivelmente uma exceção que logo deixaria de como-
ver as gerações mais exigentes formadas entretanto à sombra daquele mesmo "bri-
lho" francês. Pelo menos assim pondera outro antigo aluno, Ruy Coelho: "pergunto-
me se o professor Jean Maugué, que era brilhantíssimo, mas não muito profundo —
custamos a perceber isso — teria hoje o mesmo sucesso"; o escrúpulo atual pe-
diria algo "mais sério, mais sedimentado, mais articulado". Flagrante injustiça com
todos — se for permitido o comentário —, quem sabe ditada sem dúvida pelo ex-
cesso de zelo, mas também pela ligeira *coquetterie* que manda maldizer do dile-
tantismo multifacetado daquele primeiro período artesanal em benefício das espe-
cializações posteriores, bem mais profissionais — quando o juízo inverso seria pro-
vavelmente mais verdadeiro.

Ocorre também que as virtudes intelectuais arroladas acima e contrapostas
à pretensa "facilidade" de Maugué — nunca será demais repetir — vieram igual-
mente na bagagem da missão francesa, conquanto não fossem evidentemente ex-
clusivas dela. É que no bojo da transplantação em curso processava-se uma trans-
formação capital em nossos hábitos intelectuais. Pela primeira vez estávamos apre-
ndendo a estudar, a começar pela descoberta do que vinha a ser uma aula de verda-

de, uma outra revelação que Gilda de Mello e Souza lembrou não faz muito nos seguintes termos: "não mais a repetição mecânica de um texto, vazio e inatual, cujas fontes eram cuidadosamente escamoteadas da classe, mas a exposição de um assunto preciso, apoiado numa bibliografia moderna, fornecida com lealdade ao aluno. Ao contrário da tradição romântica de ensino, baseada na improvisação e no brilho fácil, que ainda imperava na Faculdade de Direito, por exemplo, o professor consultava disciplinadamente as suas anotações, aumentando com isso a confiança dos alunos na seriedade do ensino". Se não for presumir demais, imagino que o *improptus* de Maugüé distinguiu-se da retoriçue do Largo de São Francisco (lugar natural do dó de peito e da adivinhação, sobre os quais também se abatera o descrédito modernista), como a farsa sublime de um Frédérick Lemaître, da dicção empertigada de um João Caetano.

A carpintaria teatral de uma aula francesa devia mesmo impressionar, e as de Maugüé, como já foi lembrado, também eram extraordinárias desse ponto de vista cênico, enquanto "expressão e criação". Estilização calculada ou não de uma idiossincrasia nacional ou pessoal que aconselhava a sobrepor o trabalho de ator ao de professor, sem o que, este último, deixando de falar à imaginação de um público evidentemente letrado, perdia a rigor sua razão de ser, o fato é que a concepção de filosofia literalmente encarnada por Maugüé pedia as tábuas de um palco sobre as quais pudesse evoluir uma paixão intelectual que se transmitia assim por uma sorte de contágio, como se comunicam os grandes sentimentos, dentre eles o desejo de fazer luz e chamar as coisas pelo nome. Pelo menos é o que também depreendo de uma outra observação de Gilda de Mello e Souza: "sua familiaridade com Racine e os grandes romancistas franceses do século XIX desenvolvera nele o gosto pela análise das paixões do amor, a que se entregava com a lucidez e o pessimismo de um Benjamin Constant". A propósito, eis uma de suas definições em que se pode reconhecer também o leitor de Proust: "assim como a força de uma paixão está toda no poder daquele que a sente, no seu coração e na sua inteligência, assim o ensino da filosofia, isto é, a paixão da filosofia, vai tão longe quanto a reflexão daquele que a professa". Desses enredos sabia igualmente extrair efeitos cômicos que lhes esfriavam a carga dramática e por certo acresciam o parentesco entre filosofia e simples reflexão desabusada. Mas era preciso que tal meditação, espreado-se por toda a cena cultural, social e política, se desenrolasse em voz alta, e sob um foco de luz. Mais uma vez: não sendo a filosofia "matéria" ensinável, tudo passa a depender do desempenho do filósofo-ator, apenas "um espírito que trabalha diante de outros espíritos". Numa palavra, uma aula de filosofia segundo a lição de Maugüé nada mais era (mas isso era tudo) do que o espetáculo de uma *tête bien faite* (como diria Montaigne) em funcionamento, e seu efeito media-se pelo movimento análogo — literalmente uma comoção — que esse gênero público conseguia induzir.

Essa fala desatada evidentemente não prometia muito. O próprio Maugüé conta em suas Memórias que seus colegas e compatriotas viam com maus olhos seu sucesso de público, que estimavam mundano. Braudel, por exemplo, desesperava-se com o tempo perdido no "monde" (paulistano, é verdade), que por certo o festejava mas também não o levaria a parte alguma, dentro ou fora do Brasil, por isso pressionava o filósofo relutante a escrever uma tese, caso desejasse voltar à França. Como ficou dito por seus antigos alunos e admiradores, Maugüé não acreditava muito nas convenções universitárias, inconformismo que lhe custou a carreira acadêmica, relegando-o ao magistério secundário, onde se aposentou. Mas

se quase não publicou — embora fosse escritor admirável — foi também por devoção filosófico-teatral à "palavra viva", a cujo culto consagrou o essencial e o melhor do seu tempo nesses lugares tão bizarros como uma sala de aula ou um anfiteatro. Quer dizer, Maugüé perdia seu tempo num insólito prolongamento do "monde" em que devolvia ao "ato docente" (Antonio Candido) sua antiga dimensão socrática, com perdão da alusão escolar. De fato, alguma coisa do gênero conversação dialética", em cujo andamento errático a urbanidade ática soubera fundir *flânerie* intelectual e decantação de conhecimento, devia aflorar na verve moderna de um homem de espírito como Maugüé, sublinhando ainda mais o efeito filosófico de sua presença em classe. Enquanto isso, seu currículo não engordava e a carreira emperrava. Suas grandes meditações públicas devem parecer hoje em dia tão improdutivas como uma boa conversa, e pior ainda, imprestáveis na hora grave de inchar um currículo.

É sempre bom lembrar a propósito desse amálgama de *mise-en-scène* e espírito superlativamente desenvolvido, que muito dessa liga fora cimentada pelas junções de um meio cuja composição disparatada todos conhecem. Paul Arbousse-Bastide, por exemplo, conta que um dos primeiros cuidados dos integrantes da missão francesa foi o de identificar os estudantes que teriam pela frente; tarefa particularmente desnordeante quando se pensa que não deviam corresponder em nada ao similar europeu. Fala-se muito na "distinção" do público presente nos cursos estrangeiros mais concorridos. Mas ao lado dos profissionais liberais de projeção, funcionários graduados, alguns raros empresários esclarecidos, e sobretudo destacamentos da oligarquia em excursão cultural (até Armando Salles e Júlio de Mesquita costumavam aparecer), pesariam mesmo e a longo prazo, muito mais do que o lado grã-fino e "capacité", a gente pequeno burguesa que procurava naqueles cursos uma espécie de alforria, como os professores primários comissionados, os filhos de fazendeiros arruinados pela crise ainda recente etc.

Seja como for, a inegável ascendência *grand-seigneur* daqueles primeiros tempos das aulas em francês devia impor uma espécie de obrigação do brilho cotidiano. Uma disciplina como a filosofia em que o talento do professor, nos termos em que acabava de nos ser apresentado em pessoa, era essencial, uma tal disciplina parecia em casa naquela atmosfera de salão em ebulição. Lévi-Strauss e Maugüé novamente registraram essa feição mais desfrutável da cultura uspiana em formação, o primeiro bem mais austero e quando muito apenas condescendente diante dos antigos modos paternalistas que a presidiam; já o segundo, mais complacente é gostosamente instalado nos prazeres desses "travers brésiliens". Mas antes de lhes dar a palavra, oferecendo uma pequena amostra da ambiência favorável em que a arte retórica dos mestres franceses conheceu uma segunda juventude, é bom enquadrá-la numa ressalva de Antonio Candido: "a Universidade de São Paulo dos primeiros tempos, com suas missões estrangeiras e o seu êxito mundano, era um luxo da oligarquia e se prestava à piada (...) De fato, em nosso tempo de estudantes havia *matinés* dançantes no Hotel Esplanada, de que participavam alunos e professores estrangeiros, e todo mundo ia tomar chá na Confeitaria Vienense. Havia disso, mas eram os aspectos contingentes e acessórios, que não tiravam a seriedade essencial do que estava acontecendo. Eu acho que um historiador pode assinalar esses aspectos mundanos e proceder à análise do seu significado de classe; mas concluir daí que se tratava de uma empresa fútil da burguesia está errado". Havia assim uma inquestionável dependência muito próxima da desmoralização, que no Brasil vem de longe e da qual todo intelectual tem uma espécie de conhecimento

infuso, porém amplamente compensada pela atualização então em curso. Digamos que a fluência da prosa magistral de Jean Maugüé serpenteava pelos meandros dessa fusão, é verdade que sob o prestigioso, longínquo e um tanto arrevesado patrocínio de Kant, além de referência escolar, indício de uma impossibilidade histórica incontornável, sob pena de resvalar, quando ignorado, na bisonha irrelevância das "grandes síntese solenes e inúteis". Passemos então a palavra aos dois professores franceses em missão:

Chacun de nous mesurait son influence à l'importance de la pectite cour qui s'organisait autour de lui. Ces clientèles se faisaient une guerre de prestige dont les professeurs chéris étaient les symboles, les bénéficiaires ou les victimes. Cela se traduisait par les homenagens (...) Les personnes et les disciplines fluctuaient au cours de ces fêtes comme des valeurs boursières, en raison du prestige de l'établissement, du nombre des participants, du rang des personnalités mondaines et officielles qui acceptaient d'y participer. (Lévi-Strauss)

A la sortie nous épions d'un oeil jaloux les succès des uns et des autres, le volume des auditeurs, leur qualité sociale, l'assiduité de la petite cour qui nous accompagnait à la sortie. Nous quittions nos amphithéâtres comme des virtuoses sortant de la salle de concert. Nous étions en effet jugés moins par le sujet que nous avons traité que par le talent d'acteur que nous avons manifesté. Tel jour meilleur, et tel jour pire. En fin de compte, les brésiliens n'auraient pas à se plaindre. Chacun d'entre nous étant libre de délivrer ce qui lui tenait à coeur put ainsi donner le meilleur de lui-même. La Faculté put entendre un Braudel, un Lévi-Strauss que l'Université française n'eût pas manqué de brider pendant des années avant les laisser parler. (Jean Maugüé)

Voltando ao lado brasileiro. Não tínhamos mesmo do que nos queixar. Havia até algo de agradavelmente mágico — como o transplante em si mesmo parecia ser —, mais uma inegável ponta de *trompe-l'oeil*, naquela presença francesa redentora; ninguém melhor do que Gilda de Mello e Souza soube ressuscitar o antigo cenário: "em geral nos encontrávamos no fim da tarde, nas aulas de Maugüé, que por essa altura eram ministradas no 3º andar do Instituto de Educação Caetano de Campos, onde funcionavam algumas seções da Faculdade. Era já noitinha quando saíamos dos cursos para a réplica ligeiramente européia da Praça da República de então. Os plátanos, a algazarra dos pardais, o vento frio, o eco francês da voz de Maugüé — que carregando meio curvado a sua inseparável *serviette*, ia à nossa frente, discutindo a aula com algum aluno — tudo isso nos envolvia numa doce miragem civilizada".

☆☆☆

Identificados os termos a que se reduz a existência incongruente de um professor de filosofia — ou melhor, variando o ângulo, menos um paradoxo do que o efeito trivial da ordem burguesa em adiantado estado de "esclarecimento", a qual reserva à finada especulação filosófica de cunho sistemático e doutrinário o modesto lugar, devidamente asseptizado, de uma especialidade entre outras no quadro da divisão do trabalho intelectual —, Maugüé concluía: *o ensino da filosofia deverá ser principalmente histórico*. Arremate seguido igualmente por um imperativo técnico: *é inconcebível que se aprenda filosofia — e seria preciso pôr aspas no verbo — sem que os autores sejam lidos, e dans le texte*. Outra marca de nas-

cença, ou vício de origem, se anteciparmos o desdobramento desse impulso inicial: história quer dizer aqui simplesmente retorno aos textos eles mesmos, com perdão do compreensível galicismo. Também neste passo das diretrizes fixadas por Maugüé, tal consequência escolar era estritamente kantiana, além de reproduzir no plano miúdo da rotina acadêmica (cujo peso afinal era decisivo) um dos mandamentos da filosofia universitária francesa. *Se é verdade que não se pode jamais ensinar filosofia a não ser historicamente, como queria Kant, a leitura dos clássicos vem a ser então o único meio de aprender a filosofar.*

Como o do colega de missão Lévi-Strauss, não deve ter sido menor o desconforto de Maugüé diante do apetite verdadeiramente macunaímico com que pilhávamos as grandes marcas filosóficas internacionais. Polidamente, atribuía à juventude do país nossa incurável propensão a julgar idéias segundo a novidade, sacrificando aquele velho estereótipo não só por civilidade de intelectual estrangeiro confrontado com as mazelas do anfitrião, mas também por não lhe ocorrer nenhuma outra explicação, digamos, menos bisonha, até porque o clichê em questão era de fabricação européia. Por isso mesmo havia uma ponta de sincera admiração no elogio malicioso de nossa "tara gentil", como se referiu uma vez Antonio Candido à patologia amena de nossa malformação: "é um prazer para quem chega ao Brasil observar como aqui são acolhidas as idéias novas, como são incorporadas com um arrojo que não existe nos velhos países". Em contrapartida, procurava nos mostrar como um intelectual europeu, sem ser necessariamente conservador, tende a procurar em toda idéia nova o que os clássicos já haviam pressentido¹. Sendo portanto nossa inclinação congênita exatamente contrária, chegara para o Brasil a hora difícil de "filtrar a sua imigração espiritual"². Feliz convergência: por um oportuno entrecruzamento de rotina européia e carência colonial, a medida profilática em condições de peneirar os bandos sucessivos de idéias novas que periodicamente feriam o espírito vibrátil de nossos letrados — dizimando o pouco que bem ou mal se acumulara —, encontrava-se ao alcance da mão no arsenal pós-kantiano de que há pouco se falava. "Eis a razão", concluía nosso Pai Fundador, "pela qual consideramos que a base do ensino de filosofia no Brasil é a história da filosofia (...) que pode ser ensinada seguindo métodos rigorosos e perfeitamente modernos". Sem tirar nem pôr, a mesmíssima base sobre a qual se alicerçava o ensino francês da filosofia. Estavam lançadas portanto as fundações de um verdadeiro Departamento Francês de Ultramar.

Dito isso — que não significou pouca coisa, como se verá, para o destino da cultura filosófica uspiana —, seguia-se um rápido inventário das vantagens mais palpáveis que a adoção da norma européia carregava consigo, pois afinal sempre era preciso justificar o "interesse que há para um país novo em reavivar seu trato com velhos pensadores". Mas sobretudo — aí o nó —, era preciso justificar a penosa ascese que se impunha doravante, pois chegara enfim a hora de renunciar ao maior de todos os nossos prazeres, o de parecer renovadores, ultramodernos — enfim, o de suspirar por uma supremacia qualquer, como diria Machado. Por certo, a primeira tarefa do professor de filosofia, no Brasil, não consistiria em repudiar pura e simplesmente o fluxo novidadeiro, mas em situar as idéias novas no "conjunto da perspectiva filosófica". Considerando-se o despolicamento cultural reinante, não haveria outro remédio senão principiar pelo modesto propósito de inculcar em nossos estudantes o *senso da reflexão* e das *idéias gerais*. Maugüé nos convidava em suma, sem ter medo de parecer elementar ou faltar com o respeito que nunca recusou aos seus amigos brasileiros, a criar e cultivar num meio adver-

(1) Não se pode dizer que a lição não tenha sido seguida ao pé da letra, com o zelo característico com que acatávamos o exemplo civilizado dos europeus. Tanto foi assim que em pouco tempo, na falta da correspondente continuidade cultural a que se devia a consistência daquela norma, transformávamos o apego à tradição clássica em cacoeite, a ponto de balizarmos qualquer assunto segundo o metro da citação permanente de algum clássico de plantão. Para escândalo dos raros anglo-saxões que nos visitavam, aliás recíproco: deplorávamos a indigência historiográfica deles, que nos devolviam com juro nosso apreço bizantino pelos problemas se não resolvidos pelo menos enquadrados a golpes de citações de precursores prestigiosos. Tal desencontro conheceu um breve momento de glória quando se soube, lá pelos idos de 40, que W.v.O. Quine, então professor na Escola de Sociologia e Política, simplesmente desconhecia a existência de Auguste Comte.

so o *discernimento*, pedra de toque sem a qual não há juízo capaz de saber apreciar, por exemplo, e para começar pelo mais difícil, separando os bons livros dos ruins; uma operação tanto mais premente e encrascada quanto mais nos aproximamos das exigências do dia e da barafunda das correntes contemporâneas. Daí o recuo histórico preliminar até o domínio das avaliações mais ou menos incontestáveis. Como a primeira necessidade do estudante brasileiro fosse então a aquisição metódica daquele senso mais amplo da perspectiva, sob a qual peneirar então as idéias, tudo se resumia à providência crucial de educar o nosso tato *histórico*, e graças à progressiva decantação de um discernimento antes de tudo de cunho filológico. Aprendamos, para começar, a ler os clássicos com critério e sentimento, tal era o conselho de Maugué, que mais uma vez não temia parecer trivial. Vem sem dúvida daí — e nem poderia ser de outro modo — nosso apego à interminável rinação de textos, a ponto de até hoje confundir-se nos meios uspianos filosofia e explicação de texto, provocando de um lado a demagogia da direita, que nestas paragens costumava transpirar "autenticidade" (os filisteus da USP não são filósofos, quando muito filólogos esforçados), e pondo à prova, por outro lado, a paciência da esquerda, sempre inconformada com tamanha aspepsia.

Conhecidas, no entanto as implicações intelectuais da dependência — sobretudo depois que Roberto Schwarz, passando-as a limpo, deu-lhes formulação a meu ver definitiva — não se pode cansar de admirar o olho clínico de Maugué. Como as idéias por aqui, gerais ou particulares, andam mais ou menos fora dos trilhos, sendo a bitola necessariamente européia, é natural, porém desastroso, embora divertido quando está em jogo a desmoralização involuntária das mais aparatosas fachadas ideológicas, que maltratemos as ditas idéias, certamente uma falta de jeito compreensível diante de teorias e conceitos habituados ao fino trato — pelo menos antes da bancarrota do velho mundo burguês da cultura — de seus destinatários naturais d'além-mar. O tato, cuja educação era preconizada por Maugué, destinava-se no fundo a remediar esses maus modos vexatórios, desmandos intelectuais a que a dependência nos condenava.

Em matéria de idéias de fino trato, l'incomparable Cruz Costa", como Maugué chamava o amigo brasileiro, seu primeiro assistente e depois sucessor na cadeira de Filosofia, não era bem flor que se cheirasse. Preferia o pão pão, queijo queijo, que lhe inspirava a mais terra-a-terra das musas filosóficas. E por isso mesmo foi dos primeiros a compreender os efeitos profiláticos da lição do mestre: "a História da Filosofia em um país como o nosso, tão sensível ao filoneísmo, deveria ter um lugar da maior importância a fim de evitarmos, graças a ela, o curioso fenômeno de *surtos* filosóficos a que tão freqüentemente assistimos". Seja dito de passagem que a praga dos surtos não era obviamente apanágio da cultura filosófica, embora a sucessão de arremedos fosse aqui mais devastadora em virtude do raquitismo de nossos devaneios filosóficos; nem cessaria, como se costuma afiançar, com a simples criação dos cursos universitários de filosofia, cujas frágeis barreiras continuam ainda emoldurando razoável parcela da boataria cultural metropolitana. Muitos anos depois, remando contra a maré nacionalista — e naqueles anos de nativismo redivivo que precederam o monumental revertério de 64 não era por certo muito confortável a posição da filosofia universitária diante do cerco cada vez mais estreito que lhe moviam os neo-românticos de todos os matizes, sinceramente chocados com o desencontro evidente entre a assim chamada realidade nacional e os clássicos da filosofia —, Lívio Teixeira recordava e voltava a sublinhar a importância da lição de Maugué (para dar um nome próprio de origem à discipli-

(2) Tal era a força do lugar comum em torno do mimetismo da inteligência nacional no qual esbarrou Maugué, que até mesmo o símile usual das barreiras alfandegárias lhe veio automaticamente. — Arrolando casos "francamente desastrosos" de "degradação e confusão de valores" induzidos por nossa situação de dependência crônica, também ocorre a Antonio Candido uma variação da imagem obscedante da malha aduaneira frouxa. São casos de "provincianismo cultural, que leva a perder o senso das medidas e aplicar a obras sem valor o tipo de reconhecimento e avaliação utilizados na Europa para os livros de qualidade. Que leva, ainda, a fenômenos de verdadeira degradação cultural, fazendo *passar* obras espúrias, no sentido de que passa um contrabando, devido à fraqueza dos públicos e à falta de senso dos valores, por parte deles e dos escritores. Veja-se a rotinização de influências já de si duvidosas, como as de Oscar Wilde ou Anatole France, nos Elisio de Carvalho e nos Afrânio Peixoto do primeiro quartel deste século". Seria o caso também, lembraria Cruz Costa, de um Ludwig Noiré, "que se tornaria famoso no Brasil e continuaria desconhecido na Europa". É que o entusiasmo dos "alemanistas da escola teuto-sergipana" alimentava-se principalmente de um "germanismo de segunda ordem" no qual se destacava o referido professor do Ginásio de Mainz. "Havia de tudo nessa miscelânea tedesca", conforme assinalava por seu turno João Ribeiro no início do século. Tobias Barreto, segundo ele "espírito de escol mas de duvidoso gosto", chegara, "tal era o seu prestígio, ao ponto de converter todos os valores e de transformar em divindade um filósofo de segunda ou terceira ordem: Ludwig Noiré. Este Noiré (...) assumia ares de oráculo da filosofia coeva. Falava-se em Noiré como se falava de Homero ou Shakespeare".

na intelectual que nos foi metodicamente inculcada pelos diferentes professores franceses que aqui se sucederam), do qual também foi aluno e mais tarde assistente, e como Cruz Costa membro da primeira turma de formandos da Faculdade de Filosofia: só a familiaridade com os estudos históricos poderá nos livrar do cuidado excessivo com as novidades européias, insistia e repisava: na falta da referida perspectiva histórica não teremos condições sequer de filtrar tais novidades. Tal era a preponderância, inclusive de cunho pedagógico, como ficou dito mais de uma vez, desse trilho historiográfico, que ele se espelhava tanto na regra dos cursos monográficos, quanto na feição essencialmente histórica que tomava então o ensino de todas as matérias filosóficas.

Sucede ainda, e ao término de um caminho inusitado, que era igualmente uma nova idéia de filosofia que se manifestava na austeridade da prosa de historiador da filosofia de Lívio Teixeira, como assinalou seu ex-assistente Bento Prado Jr., fazendo-lhe o elogio da recusa do jargão e de qualquer cumplicidade com as modas intelectuais dominantes. Assim compreendida, a sobriedade de Lívio Teixeira — para não falar ainda nos escrúpulos e inibições dos seus discípulos — fazia *pendant* à caçada permanente de Cruz Costa, cuja aversão à fraseologia de ponta descendia igualmente do mesmo *ethos* universitário saneador preconizado pelo mestre comum. Lívio Teixeira era portanto duplamente discreto, já que sua natural circunspeção de estilo e pessoa era também fruto daquele simples discernimento que Maugüé chamara de tato histórico e opusera à nossa congênita falta de modos com as idéias.

Isso não é tudo, pelo menos no que diz respeito ao leque dessas denominações variadas da cultura filosófica uspiana e que remontam às longínquas diretrizes de Maugüé e sucessores. O mesmo Bento Prado Jr., a cujas impressões de ex-aluno voltamos a recorrer, lembra, ainda a propósito da discrição de Lívio Teixeira, que a referida predominância do ponto de vista histórico denuncia algo mais profundo, do qual a aversão ao filoneísmo seria indício seguro e marca registrada: uma concepção essencialmente *crítica* da filosofia. Por certo renuncio à tarefa de expô-la por completo e me limito a assinalar-lhe a procedência; afinal são laços locais de família que podem definir em razoável parte a genealogia de um conceito ainda vago. Sem dúvida um truísmo, do qual Maugüé não hesitou em lançar mão no programa de propedêutica cultural que traçou nos primórdios de nosso Departamento, a saber: desenvolver na alma camaleônica dos consumidores inveterados que ainda somos, mediante o estudo sistemático da história da filosofia, esse *espírito de razão* que no limite se confunde com o senso *crítico* ainda muito longe de ser "la chose du monde la mieux partagée" num país até então minimamente aparelhado para triar as várias correntes migratórias sobrevividas das metrópoles letradas. Assim, em sua fé de ofício, Lívio Teixeira, historiador da filosofia, advogará, com a naturalidade de quem respira a mesma atmosfera renovada há várias gerações, esse antigo vínculo entre distância crítica e perspectiva histórica estreitado pelos imperativos do atraso: "uma tal atmosfera de pensamento histórico (que impregna a cultura européia e é rarefeita entre nós) é naturalmente solidária da eficácia do *espírito crítico* que, pela sua presença, limita os exageros, as distorções, a fatuidade e o dilantantismo". Do mesmo modo, Cruz Costa, embora bifurcasse — não era propriamente um historiador da filosofia e muito menos, na sua indisciplina de ensaísta tradicional, talhado segundo o figurino moderno e rigoroso recomendado por Maugüé —, nunca deixou de encarecer o dito espírito crítico, propiciado pelo estudo da filosofia *dans les textes*, a que no final das contas esta última

se resumia quando entendida, desde os tempos de Maugüé, como estamos lembrando desde o início, segundo a máxima kantiana que mandava distinguir filosofia, que não se ensina nem se aprende, e filosofar, cuja marcha refletida porém sem amarras se aprende entretanto no colégio. Tudo somado e doutrinas à parte, fica a convicção partilhada por todos os conversos ao credo uspiano de que o *espírito filosófico é antes de tudo Crítica*.

À primeira vista, apenas uma exortação desagradavelmente singela, sobretudo quando amputada de sua raiz kantiana mais remota. De fato, cifra da *condição moderna* da filosofia, na qual, é verdade, ingressávamos pela porta dos fundos da cultura escolar, justamente aquela que dava acesso aos problemas ditos *técnicos* de uma disciplina sem objeto próprio, por assim dizer *emancipada* dessa derradeira servidão. Explico-me brevemente, para voltar ao assunto no próximo capítulo desta crônica de idéias. Na verdade, não estávamos entrando pela porta dos fundos mas pela via real da modernidade filosófica, não tanto a temática quanto a formal. Pois essa condição moderna do discurso filosófico começou por implicar, entre outras coisas, sua conversão aos problemas técnicos na medida em que a Razão Pura desentranhada por Kant do atoleiro dogmático-doutrinário, de costas para o mundo, dobrava-se metodicamente sobre si mesma, para a lógica própria do seu funcionamento autárquico, ainda aquém do limiar cognitivo propriamente dito. Daí sua linguagem rebarbativa, sua terminologia abstrusa, isto é, técnica, em suma, coisa de especialista. Emancipando-se, a fala filosófica escolarizou-se ao mesmo tempo em que por definição afiava seu gume crítico. Aí a nossa vez: não é bem uma chance, mas sirva o consolo de saber que a condição moderna da filosofia confunde-se desde a origem com a sua situação de especialidade universitária. Como ficou dito, voltaremos a esse nó, que é objetivo e define a hora histórico-filosófica européia de nosso nascimento. Até lá, refiro apenas a tradução que Cruz Costa deu a essa intriga toda, não sei se pensando exatamente nos termos em que acabamos de evocá-la: se é assim, o essencial da filosofia não são as filosofias, mas o espírito muito especial que emana do encontro e desencontro delas.

Um espírito cuja linhagem kantiana devia contar menos aos olhos do primeiro assistente de Jean Maugüé do que a circunstância decisiva da sua tão inesperada quanto bem-sucedida aclimatação local. Mesmo assim, Cruz Costa, muito mais atento aos efeitos desprovincianizantes do casamento de verve, competência acadêmica e senso crítico celebrado nas aulas magistrais do professor francês, vez por outra fazia questão de ressaltar a procedência kantiana da equação uspiana (filosofia = crítica), e quando referia passagens clássicas da *Crítica da Razão Pura*, costumava destacar nelas a caracterização da Crítica como *exame livre e público*, isto é, a sua face declaradamente *ilustrada*. Referências eruditas no seu devido lugar (coisa da maior importância, como estamos vendo), digamos noutro registro que à sombra da modesta revolução cultural que vinha se desenrolando em São Paulo a partir dos anos 30, assistíamos a uma curiosa *Aufklärung* temporã, na qual a autonomia encarnada pelo *Selbstdenken* (a máxima que mandava pensar por si mesmo) era aos poucos conquistada com os "ingredientes tomados avidamente aos estrangeiros". Seguramente o lado menos conservador de nossa modernização retardatária.

☆☆☆

Alcançado este ponto, não posso dispensar a recapitulação de coisas sabidas. É que, entendidos os estudos filosóficos nos termos que se acabou de ver, podemos conjecturar sem muito erro que não deve ter sido pequena, pelo menos nos seus primórdios, a contribuição deles para a formação daquela tonalidade ideológica média de nossa Faculdade que Antonio Candido definiu como "espírito de crítica e exame num sentido progressista". E Alfredo Bosi qualificou de "pendor crítico-liberal", não sem uma ponta de impaciência diante da incurável indecisão (para não falar coisa mais grave) de uma "brilhante linhagem de formação francesa" escrupulosamente estabelecida "a meio caminho entre os apocalípticos e os integrados, marchando ora um passo atrás, ora um passo à frente da modernização das elites". Deixo por enquanto de lado estas e outras farpas com que se costuma desancar os feitos da oligarquia paulista, para me ater aos termos originais do nosso problema, a saber, a presença da cultura filosófica francesa, na pessoa de Jean Maugüé e discípulos, na formação daquele pensamento radical de classe média tão prezado por Antonio Candido, e para cujo desenvolvimento em âmbito nacional pesou decisivamente a recém fundada Faculdade de Filosofia, inflitando aliás uma corrente radical de nossa inteligência — em si mesma moderada — que vinha de longe, e sobre a qual estudos recentes de Antonio Candido devem lançar nova luz.

Voltando. Pensando naqueles tempos iniciais de encantamento com o funcionamento de corpo presente da cultura européia em São Paulo, Maugüé chegou a afirmar, não sem uma ponta de compreensível satisfação com a parte que lhe cabia no milagre da multiplicação das inteligências, que a filosofia constituíra então a disciplina privilegiada em torno da qual se organizava o que havia de melhor na vida intelectual da jovem Faculdade. Não é impossível que essa impressão retrospectiva do memorialista tenha sido induzida e confirmada por uma observação anterior de seu antigo aluno Antonio Candido: "quero ressaltar outra condição de ordem institucional que influiu muito na minha geração: o caráter assumido naquele tempo (digamos 1934 a 1945) pela Filosofia. Como ela era praticamente inexistente no Brasil em quadro universitário, em nossa Faculdade teve a princípio menos uma função específica, de formar especialistas em Filosofia, do que a função genérica de criar uma atmosfera favorável ao espírito crítico".

Assim sendo, nunca será demais insistir — como estamos fazendo — nessa convergência, sob todos os aspectos da maior oportunidade, pois deriva daí nossa chance histórica no domínio das letras filosóficas nacionais, confluência promissora portanto, reunindo o espírito filosófico dos professores franceses, todo ele senso crítico e espírito de razão, e os "ideais ilustrados do humanismo paulista" (a farpa mais uma vez corre por conta de Alfredo Bosi), por seu turno muito empenhado então no fomento de uma "mentalidade mais sadia" desistida do "brilho e da adivinhação", bem como da "exposição sedentária das doutrinas alheias" — todas expressões do último Mario de Andrade, muito crente na época, como lembrado por Antonio Candido, no "papel social e na força das luzes". Por essa época também — completando sem nenhuma intenção de sistema o nosso quadro — o mesmo Mario de Andrade fazia da *técnica* o seu cavalo de batalha, como mais tarde a geração educada nos princípios da "tecnologia" filosófica de Martial Gueroult.

☆☆☆

Tudo isso lembrado, ainda não recapitulamos por completo a lição de Maugüé. Havia uma derradeira exigência, na verdade primeira condição para o ensino da filosofia em qualquer latitude e chave por assim dizer conceituai da personalidade intelectual do mestre francês.

Para identificá-la melhor, basta repassar o traço mais saliente do seu magistério, sempre na reconstituição dos discípulos mais próximos, *et pour cause*. Evocando seu incomparável método de aproximação, vimos todos salientar que as aulas de Maugüé principiavam invariavelmente "por um comentário do filme da semana, a última exposição de pintura, o noticiário dos jornais". E mais, foi com ele, conta Gilda de Mello e Souza, arrolando mais um efeito civilizatório do engenho verdadeiramente filosófico de Maugüé, que, em 1940, por ocasião da grande exposição de pintura francesa, aprendemos a ver um quadro, para em seguida voltar a encarecer a habilidade magistral com que sabia "desentranhar a filosofia do acontecimento, do cotidiano, da notícia de jornal". Para Paulo Emilio, havia naquele método uma boa e simpática dose de *coquetterie*: via muito bem que os cursos de Maugüé eram de fato e sem concessões, de natureza filosófica, não obstante era difícil deixar de notar o quanto ele se comprazia em situar o maior número de referências fora do terreno de sua especialidade. Mas naquele estilo cultural tão discrepante da rotina universitária — que por outro lado ele observava escrupulosamente, como ficou claro — exprimia-se também uma intenção programática que remontava a Alain, com o qual sem dúvida aprendera "a importância da reflexão nascida da experiência cotidiana como ponto de partida para reflexão maior" — como caracteriza Antonio Candido a presença de Alain no "ato crítico" de Sérgio Milliet. Ora, Maugüé dera um passo à frente, de resto o mesmo que seu camarada Sartre: pois sem dúvida citava filmes na sala de aula no mesmo espírito com que Sartre, em 1931, em discurso de distribuição de prêmios no Liceu do Havre, provocara a boa sociedade local, servindo-lhe, em vez da energia espiritual de praxe, uma peroração "modernista" sobre a arte do nosso tempo, o Cinema. O "concreto" de que falava a palavra de ordem na qual madrugava o Existencialismo francês — "vers le concret" —, ainda não resvalara para o "autêntico" e o "originário", pelo menos não tanto quanto ainda designava o domínio vivo da experiência cultural e social, do cinema ao empenho político mais enfático — como o demonstraria a prova dos nove da Resistência —, experiência material de cuja presença nas entrelinhas da mais diáfana cogitação filosófica a tradição do comentário de texto na Terceira República sequer suspeitava — e com o cascalho anódino desta última no entanto, pavimentaríamos todo o nosso aprendizado. Todas aquelas manifestações do espírito objetivo, insistia Maugüé, possuem um "sentido" entranhado que cabe à filosofia extrair e expor à luz do dia. Por isso a *filosofia vive sempre no presente* — outra lição a reter — e é sob tal prisma que devemos estudar o seu passado, e assim entender os prolegômenos que viriam a ser o alfa e o ômega do estudo da filosofia entre nós, sem amputá-los porém (como veremos a seu tempo) justamente daquilo que estava em questão e constituí a sua razão de ser: logo o esforço necessário para normalizar uma técnica intelectual indispensável nos faria esquecer o que não podíamos esquecer na lição de Maugüé, o "caráter concreto" de que dão testemunho as elucubrações as mais transcendententes de qualquer filósofo do passado digno do nome, empenhado em elevar ao plano mais ordenado das idéias a ganga bruta da experiência do mundo à sua volta.

E por aí se insinuava a verdadeira índole da reflexão dita filosófica e com ela, a exigência mais difícil de cumprir num meio árido como o nosso, sem o que

o senso crítico das idéias gerais de que tanto carecíamos se desmancharia em simples fumaças filosóficas. Em poucas palavras, sempre de Maugüé: *como a filosofia não possui domínio próprio, ela procederá por alusões*. Daí o método de aproximação cujo funcionamento e roteiro tentamos imaginar. Mais precisamente: *as demonstrações da filosofia se fazem por reminiscências*. Ela fala portanto — sem nenhuma competência específica — de algo já formado, social e culturalmente. E se a este fato acrescentarmos ainda que ela também ordena de um modo novo coisas que em algum momento já foram vivas, seria o mesmo que sugerir de passagem que Maugüé exercia livremente a reflexão filosófica como outrora o primeiro Lukács definia o *ensaio*. Ora, esta Forma dificilmente prospera na ausência daquele sistema de reminiscências culturais cruzadas que lhe servem de pressuposto material. Aí o nó: onde encontrá-lo nestas paragens de desencontro permanente entre vida intelectual raquítica e processo social pouco diferenciado? Trocando mais uma vez em miúdos, como sempre cuidava o mestre francês: "sendo a filosofia um esforço de reflexão sobre conhecimentos e atividades que pede a outros mas que ela não cria, exige desde logo uma cultura vasta e precisa", de tal sorte (mas não para nós) que o "ensino da filosofia não pode ser anterior à aquisição da cultura" — obviamente entendida à européia, esta última operação social do espírito. Em suma, é preciso que o espírito do filósofo-ator se produza diante de outros espíritos igualmente cultivados. Voto piedoso no Brasil? Nada a fazer portanto, uma vez que a satisfação das exigências de Maugüé não estava ao alcance de todas as bolsas? Entretanto, nem tudo estava por começar de zero, nem a filosofia parecia desde logo um caso perdido, por mais proibitivas que fossem as condições, menos as exigidas do que as encarnadas pelo magistério de Maugüé. Deu-se, com efeito, uma espécie de resolução natural da dificuldade, decomposta nos seus dois termos principais. Simplesmente uma divisão não calculada do trabalho separou em dois campos o legado de Maugüé.

Como se viu, Maugüé, como alguns poucos na França dos anos 30, ia arejando a trilha batida da filosofia universitária, pondo-a de certo modo a serviço da renovação dos assuntos imprópriamente filosóficos e por isso mesmo mais interessantes — do *fait divers* aos esquemas mais armados das novas ciências humanas, passando pela literatura, pintura, cinema, política etc. Está visto que perderíamos logo o pé e jamais assentariamos a mão, caso nos atrevêssemos a reproduzir por nossa própria conta e risco aquele notável equilíbrio de rotina (cuja formação, volto a insistir, como mostrou certa vez Antonio Candido, era algo decisivo num meio amorfo e dissolvido como o nosso) e fantasia ensaística, enquadramento técnico e interesse político-cultural. Estou evidentemente conjecturando do ângulo da família filosófica de que descendo: pois bem, no que concernia a matéria cultural socialmente preformada, de que necessitava a reflexão característica do ensaio filosófico para funcionar à altura dos tempos, inútil e cruel lembrar que vivíamos da mão para a boca. Melhor então renunciar à íntegra do programa de cultura filosófica delineado por Jean Maugüé, em favor de parte dele, isto é, as óbvias vantagens propedêuticas do apego exclusivo à letra miúda dos clássicos, explicados segundo os métodos rigorosos e perfeitamente modernos da História da Filosofia, "jovem ciência" que vinha se renovando desde os tempos de Émile Bréhier, como ainda a qualificava Oswaldo Porchat no início dos anos 60, com o otimismo próprio de quem lidava com um evidente fator de aprimoramento cultural do país. De caso pensado ou não, corríamos assim o risco de formar filósofos que seriam

tais por estudar filosofia, um reparo ainda abstruso sobre o qual me explicarei a seu tempo. Essa enfim a linhagem propriamente tecno-filosófica da descendência de Maugüé.

Pois havia uma outra, como o demonstram os depoimentos citados. É que em certos momentos da vida ideológica, o melhor do assim chamado espírito filosófico raramente atende por esse nome, e no caso, tudo indica que ele se refugiara noutro grupo de alunos de Jean Maugüé, os quais, no âmbito mais estrito da competência filosófica, não tinham intenções profissionais. Estou por certo me referindo ao que na tonalidade ensaística do grupo *Clima* se deve, declaradamente aliás, à ascendência de Jean Maugüé, cuja concepção de vida e trabalho intelectual — no dizer dos protagonistas em questão — parece ter confirmado todos na vocação de *críticos*, embora, ou por isso mesmo, formados em Filosofia e Ciências Sociais. Os personagens deste capítulo fundamental, em que pela primeira vez os resultados da nova escola paulista, transpostos para o terreno da cultura livre da cidade, viam-se confrontados com um público mais amplo e real, costumam temperar a real envergadura do fenômeno alegando o diletantismo de rigor naqueles tempos pioneiros, quando na verdade também traduzia uma outra maneira, quem sabe muito mais próxima do modelo original do que a dos colegas da Cadeira de Filosofia, de pôr no diário a inventiva de Maugüé ensaísta bissexto porém em ato e contumaz a cada performance em aula.

É certo que aquela vocação crítica precipitada pelo ensaísmo francês de Maugüé vinha de longe, mais particularmente, procedia em larga medida da reforma da inteligência nacional estimulada pelo Modernismo, cuja índole inquiridora e realista favorecia o apreço pela análise próprio da prosa de ensaio, além de revelar um traço mais geral de geração e conjuntura, quando a estréia com um artigo de crítica há algum tempo quebrara a tradição do livrinho de versos inaugural, como registrara Mario de Andrade na *Elegia de Abril*. Mas sobretudo o que permitiu enfim cumprir à risca o programa do mestre francês — tirante a especialização em Filosofia — era a presença, mais ou menos integrada ao raciocínio crítico de cada um, daquela matéria culturalmente preformada que o referido projeto pedia e devia alimentar como a sua mais próxima pressuposição. Aqui não era preciso começar da *capo*. Além do mais, naquela feliz circunstância atendia-se à principal exigência do novo espírito filosófico sem arcar com o ônus de precisar fazer filosofia. E por uma razão muito simples, entre tantas outras que se poderia alinhar em favor dessa conjunção rara: é que aos olhos da curiosidade onívora daqueles falsos diletantes, a palavra de ordem *vers le concret* exprimia antes de tudo um convite, renovado pela aclimatação bem planejada de novas técnicas intelectuais, a passar a limpo o *ensaísmo* dos seus maiores, a prosa explicativa, hoje clássica, daqueles que a partir do influxo modernista e da reviravolta de 30 começaram a pôr no lugar algumas peças do tabuleiro nacional. Não sei se mais uma vez o Maugüé memorialista não se deixa trair por nova ilusão retrospectiva, mas de qualquer modo soube reconhecer nesse enlace de ensaio crítico e senso filosófico a linha mestra do seu ensino brasileiro: "et puisque j'avais appris pendant des années à lire à travers les philosophes mon pays et mon époque, je me fixais d'apprendre' aux brésiliens par les mêmes truchements, à lire leur époque et leur propre pays". — Um programa cada vez mais difícil de realizar hoje em dia, pelo menos enquanto não soubermos (e pudermos) reunificar aquelas duas grandes metades separadas da lição de Maugüé.



Não se poderia imaginar maior pontualidade num encontro que ninguém marcara — modernistas veteranos, professores franceses e jovens intelectuais que o abalo de 30 colocara em estado de atualização acelerada.

Veja-se novamente a questão da "técnica", verdadeiro muro de arrimo numa terra "pouco afeita aos estudos conscienciosos", e logo se verá que o "radicalismo modesto" da Faculdade de Filosofia, encarecido por Antonio Candido, rimava muito bem com a "modesta consciência técnica" tão prezada por Mario de Andrade na escola de São Paulo, fruto — tal consciência — de instituições bem planejadas que tiveram o bom senso de buscar professores estrangeiros. É que, para recordar a definição famosa da *Elegia de Abril*; "se o intelectual for um verdadeiro técnico da sua inteligência, ele não será jamais um conformista". Entre tantas outras coisas, tratava-se de uma "conceituação moral da inteligência", uma espécie de imperativo ético da *intelligentsia*, fundado numa aliança de honestidade artesanal e empenho público na formação da nacionalidade. Uma conceituação não por acaso muito afinada com a lição de "relativismo altamente moral" que Cruz Costa, por sua vez, esperava tirar da "atitude crítica" inerente ao espírito filosófico. Relativismo salutar que no fundo era uma variante do simples senso de medida que o estudo "técnico" — naturalmente suspensivo e por assim dizer liberalmente equidistante — da História da Filosofia em princípio deveria afinar. Já a mera sondagem monográfica da variedade em estado bruto do pensamento europeu deveria, segundo dava a entender, por seu lado, Lívio Teixeira, "reduzir as diversas orientações filosóficas a uma espécie de relatividade, a um balanceamento de valores que estabelece o equilíbrio no conjunto", e evitaria, vê-se logo, o panorama descalibrado sugerido pela sofreguidão do autodidata e do diletante de estrita observância. No estudo metódico da História da Filosofia recomendado por Maugüé, nos termos precisos que se viu, madrugava portanto uma face da "verdadeira consciência técnica profissional" reclamada por Mario de Andrade. Quanto a saber se a bitola da "tecnologia" francesa continuaria à altura das exigências do dia uma vez encerrado o ciclo primitivo de acumulação do saber universitário, era uma outra questão com que a seu tempo iríamos deparar. Em resumo, o amálgama de "senso crítico" e *savoir faire* "técnico" que soldava a cultura filosófica uspiana nos seus primórdios abrangia um elenco variado e combinado de traços fisionômicos característicos, do simples discernimento filológico (aliás nem tão simples assim), prolegômeno indispensável na educação da faculdade de julgar, ao inconformismo próprio de um "pensamento radical de classe média": reproduzida e condensada em ponto menor, a trajetória mesmo da *crítica* no coração do Iluminismo europeu, agora a serviço da atualização de um país periférico.

Esse o lastro histórico, a tênue liga de matéria social e cogitações filosóficas avulsas, cristalizada ao longo das injunções desencontradas do desenvolvimento desigual, na origem do "privilegio atribuído" — por mais de uma geração de filósofos uspianos — "à história dos sistemas filosóficos na estratégia geral do pensamento", como formularia muitos anos depois Bento Prado Jr. esse teorema de nossa formação. — Quando Martial Gueroult chegou ao Brasil, lá pelos idos de 50, a bem dizer encontrou a casa arrumada.

Paulo Eduardo Arantes é professor do Departamento de Filosofia da FFLCH da USP. Já publicou nesta revista "Manias e Campanhas de um Benemérito" (Nº 22).

Novos Estudos
CEBRAP
Nº 23, março de 1989
pp. 138-153
